

RECURSO ESPECIAL Nº 1.782.814 - SP (2018/0317231-9)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : JOSE ALBERTINO DE JESUS
RECORRENTE : JOSE CARLOS DE FARIAS
RECORRENTE : LUCY AUGUSTO CARRERO ARIAS
RECORRENTE : LUIZ FRANCISCO ALVES
RECORRENTE : LUIZA CUEVAS BARRERO
RECORRENTE : MOACYR NOGUEIRA BORGES
RECORRENTE : OSMAIR GUERRA
RECORRENTE : PAULO REIS ALVES
RECORRENTE : REYNALDO RAMIRES TOFFOLI
RECORRENTE : SILVIO RODRIGUES DE CAMARGO
ADVOGADOS : WELLINGTON DE LIMA ISHIBASHI - SP229720
LUIZ GUSTAVO MARANHO - SP245222
WELLINGTON NEGRI DA SILVA - SP237006
FERNANDA DE BARROS VILLAS BOAS - SP191418
RECORRIDO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RECORRIDO : SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV
PROCURADORES : LUIZ GUSTAVO MARANHO - SP245222
FERNANDA DE BARROS VILLAS BOAS - SP191418
RENAN BRAGHIN - SP332902
NELSON MASSAKI KOBAYASHI JUNIOR - SP332705
ANA PAULA NII - SP332536
KENY MORITA - SP258952
ILSON JUNIOR CANTARELLA CHERUBIM - SP353897

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. DIREITO RECONHECIDO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PARCELAS PRETÉRITAS. AÇÃO DE COBRANÇA. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. NOTIFICAÇÃO DA AUTORIDADE COATORA.

1. O termo inicial dos juros de mora, na ação de cobrança de parcelas pretéritas à impetração do mandado de segurança, é a data da notificação da autoridade coatora no *writ*. Precedentes.
2. Recurso especial a que se dá provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães, Francisco Falcão (Presidente) e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro Og Fernandes
Relator

